

Guilherme Borges de Almeida

Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
guilherme.borgesalmeida@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo oferecer elementos teóricos que permitam o estudo do campesinato, bem como dar suporte para compreender esse grupo social nas sociedades contemporâneas. Os conteúdos apresentados buscam tanto apontar as características que fazem do campesinato uma entidade social específica quanto entender como eles estabelecem seus vínculos com a sociedade de maneira mais ampla. Esse último aspecto inclui uma análise de como as populações camponesas se organizam em movimentos políticos capazes de elaborar críticas e propostas de transformações sociais, demonstrando serem sujeitos políticos ativos do tempo presente. É feito tanto um resgate das discussões clássicas sobre o campesinato (focando-se nos autores Vladimir Lênin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov) e discussões sobre os debates contemporâneos sobre o conceito.

Palavras-chave: Campesinato. Descampesinação. Campesinistas. Movimentos Políticos. Questão Agrária.

ABSTRACT

The present study aims to offer theoretical elements that allow the study of the peasantry, as well as provide support to understand this social group in contemporary societies. The contents presented seek both to point out the characteristics that make the peasantry a specific social entity and to understand how they establish their ties with society more broadly. This last aspect includes an analysis of how peasant populations are organized into political movements capable of elaborate criticisms and present social transformation propositions, demonstrating that they are active political subjects of the present time. Is presented both a recovery of classic peasant discussions (focusing on the authors Vladimir Lenin, Karl Kautsky, and Alexander Chayanov) as well a discussion of contemporary debates about the concept.

Keywords: Peasantry. Peasantinists. Depeasantization. Political Movements. Agrarian Question.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo ofrecer elementos teóricos que permitan el estudio del campesinado, así como dar soporte para comprender este grupo social en las sociedades contemporâneas. Los contenidos presentados buscan tanto señalar las características que hacen del campesinado una entidad social específica como comprender cómo establecen sus lazos con la sociedad de manera más amplia. Este último aspecto incluye un análisis de cómo las poblaciones camponesas se organizan en movimientos políticos capaces de elaborar críticas y propuestas de transformaciones sociales, demostrando que son sujetos políticos activos de la contemporaneidad. Se hace tanto un rescate de discusiones camponesas clásicas (enfocándose en los autores Vladimir Lenin, Karl Kautsky y Alexander Chayanov) como discusiones acerca de los debates contemporâneos sobre el concepto.

Palabras clave: Campesinado. Descampesinización. Campesinistas. Movimientos Políticos. Cuestión Agraria.

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida com recursos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



1. INTRODUÇÃO

Assim como no restante do mundo, as discussões sobre o campesinato na América Latina são historicamente marcadas pela percepção de que os camponeses constituiriam polos de atraso nos países da região. O mundo camponês na região é tradicionalmente concebido como uma parte “arcaica” das sociedades latino-americanas, que habita lugares “atrasados”, onde a chegada do desenvolvimento ainda não ocorreu.

Rodolfo Stavenhagen (2014) aponta para esse equívoco de conceber as sociedades latino-americanas como duas como uma das sete teses equivocadas sobre a América Latina, que persistem nos debates sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento na região. A partir dessa visão, as sociedades da América Latina são concebidas como duas – uma parte arcaica, tradicional, agrária e feudal e outra moderna, progressista, urbana e capitalista –, perdendo-se assim entendimento que esses dois polos foram constituídos em um mesmo processo histórico e que, portanto, devem ser entendidos de forma integral e não isolada (STAVENHAGEN, 2014). Nesse modo de concepção social, as populações camponesas são apenas um resquício do passado, um atraso a ser superado, não ocupando assim um espaço nas disputas políticas das sociedades contemporâneas.

Essa forma de compreender o campesinato não é exclusiva da região latino-americana. Pelo contrário, reproduz a forma como as populações camponesas vêm sendo compreendidas pela racionalidade ocidental dominante e que se encontra presente nos debates clássicos sobre o conceito de campesinato que são influentes até os dias de hoje. Assim, a discussão sobre a conceitualização do campesinato proposta aqui buscará explorar o conceito de camponês em suas diversas dimensões, afastando-se da concepção de campesinato como um resquício do passado, em vias de desaparecer. Serão apontadas características dos camponeses, porém sem ter como objetivo chegar a uma definição inflexível que não comporte a heterogeneidade dessas populações. O ponto de partida do estudo será os debates clássicos sobre o campesinato – dividido suas vertentes “descampesinistas” e “campesinistas” – para que depois se possa ampliar para outros debates sobre o conceito.

Na segunda parte do artigo, busca-se apontar elementos de debates contemporâneos que permitem apontar características fundamentais para compreender as populações camponesas, indo além do debate clássico sobre o conceito. Aponta-se características da vida camponesa presente em comunidades de diferentes contextos para que se possa oferecer elementos conceituais sobre o campesinato.

Já a parte final do artigo busca debater o campesinato em sua manifestação como sujeitos políticos, indo além da discussão de suas características de organização dentro de unidades produtivas. Com isso, busca-se apontar o caráter dinâmico e propositivo das populações camponesas



que é encoberto pela racionalidade ocidental dominante. Longe de ver os camponeses como “atrasados” e “arcaicos”, enfatiza-se que eles são partes integrantes das disputas do cenário político contemporâneo.

2. DEBATES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO

No campo teórico, comumente aponta-se para a Europa (e, em especial, a Rússia) de meados do século XIX como a origem dos debates sobre o conceito de campesinato. Para Shanin (2005), entre a metade do século XIX e a metade do século XX, produziu-se a maior parte dos instrumentos conceituais e ideológicos empregados atualmente para a compreender o campesinato. Esse debate foi profundamente influenciado pelas aceleradas transformações sociais e econômicas que marcavam o contexto europeu da época. Havia uma expansão da industrialização capitalista de seu centro inglês para a Europa Central e Oriental, além da ascensão de movimentos nacionalistas, populistas e socialistas (SHANIN, 2005).

À época, a rápida expansão do capitalismo contribuiu para que ele fosse entendido como “agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir” (SHANIN, 2005, p. 8). Assim, não só a parte majoritária dos marxistas ortodoxos, mas também a maioria dos economistas e do público ilustrado viam como inevitável o desaparecimento do campesinato. “Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria” (SHANIN, 2005, p. 7).

Nesse contexto, o debate sobre o conceito do campesinato seguiu duas vertentes. A primeira foi influenciada por Vladimir Lênin e Karl Kautsky, tendo grande influência na consolidação de uma tradição marxista de conceber o campesinato em razão das possíveis consequências do desenvolvimento das relações capitalistas para o campo. Já a segunda teve como grande referência os estudos de Alexander Chayanov e da chamada Escola de Organização e Produção Russa, que apresentavam um relato minucioso e detalhado das características da organização da produção camponesa.

Ambos os autores da primeira vertente apontavam para o desaparecimento do campesinato, o que fez com que sua tradição de estudos seja por vezes referida como “descampesinista” (ROJAS VILLAGRA, 2016). Por ter tido grande impacto político (estando vinculada com os debates sobre a produção agrícola na União Soviética e ter sido difundida na Terceira Internacional), essa vertente teve grande influência no pensamento marxista, especialmente no marxismo ortodoxo. Já Chayanov – associado ao populismo russo – valorizava aspectos da produção e modo de vida dos camponeses (MARQUEZ, 2008) e apontava para a possibilidade de permanência destes sob certas condições.



Por isso, a tradição influenciada por Chayanov é por vezes referida como “campesinista” (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Os debates marxistas da vertente “descampesinista” discutiam como as transformações capitalistas afetariam o campo a partir de duas linhas explicativas: uma primeira, encabeçada por Lênin, voltava-se para o processo de diferenciação social que se verificaria entre os camponeses, enquanto uma segunda, iniciada por Kautsky, analisava como o modo de produção camponesa seria impactado com o advento de uma forma de produção distinta (SHANIN, 2005).

Para Lênin (1982), o desaparecimento do campesinato se daria pela diferenciação social, ou seja, pelo processo de divisão social em classes provocado pelo desenvolvimento do capitalismo. Supunha-se que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura diferenciaria as populações camponesas: uma parte minoritária se tornaria empresários capitalistas e a outra se converteria em trabalhadores assalariados (nas zonas rurais ou nas urbanas).

Desse modo, o campo seguiria um processo semelhante ao da proletarização que ocorria nas cidades. Como observa Eliane Paulino (2008), Lênin entendia que “a evolução das técnicas de produção, via emprego de máquinas e insumos artificiais, levariam a um processo combinado de aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e de proletarização do restante” (PAULINO, 2008, p. 218). Seria a incorporação das inovações capitalistas entre o campesinato que causaria o processo de diferenciação e, em última instância, provocaria o desaparecimento do campesinato. Dirigindo-se explicitamente aos populistas russos, Lênin (1982) afirma que as relações econômicas existentes entre o campesinato apresentam todas as contradições do capitalismo e que

[...] essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês (LÊNIN, 1982, p. 114).

Já para Kautsky o desaparecimento do campesinato se daria de outra forma. Em *La cuestión agraria*, o autor defende que o modo de produção camponês (visto como arcaico) seria substituído pela superioridade da capacidade de produção da agricultura mecanizada capitalista praticada em grandes propriedades. O autor defendia que a exploração racional na agricultura somente era possível em grandes unidades de terra, onde as instalações, os equipamentos e a força de trabalho (organizada em uma divisão social do trabalho) apresentavam produtividade e rendimento máximos (KAUTSKY, 2015).

Assim, para Kautsky (2015), a exploração capitalista do campo tornaria inviável a produção camponesa – baseada no trabalho familiar e na exploração em pequenas propriedades. Descrevendo os camponeses como incapazes de se adaptar às transformações que ocorriam em seu redor, o autor previu que estes passariam por um processo de proletarização. Frequentemente referindo-se ao campesinato de forma pejorativa (PAULINO, 1997), Kautsky via essa proletarização como benéfica



para emergir no campo um movimento operário com um “nível moral mais elevado”, combatendo a “barbárie campesina” (KAUTSKY, 2015, p. 124). O autor descreve o campesino e a produção em pequenas propriedades da seguinte maneira:

En nuestra opinión, la alimentación infrahumana del campesino no es una ventaja de la pequeña explotación, como no lo es el trabajo sobrehumano que ésta exige. Ambos demuestran más bien el anacronismo económico de la pequeña explotación; ambos constituyen un obstáculo para el progreso económico. Gracias a ellos, la pequeña propiedad territorial “forma una casta de bárbaros casi fuera de la sociedad, que a toda la rudeza de las formas sociales primitivas une la miseria e infortunios de los países civilizados” (KAUTSKY, 2015, p. 122, grifos nossos).

Como demonstra Paulino (1997), o argumento de Kautsky em *La cuestión agraria* é o de que “a penetração desse modo de produção [capitalista] na agricultura provocava a concentração da riqueza, num processo semelhante ao da indústria. Desta forma, as grandes propriedades absorveriam as pequenas, causando a proletarização da camada mais pobre do campesinato [...] (PAULINO, 1997, p. 5-6).

Seja pelo argumento da diferenciação social do campesinato em Lênin (1982), seja pelo argumento da inviabilidade da agricultura camponesa frente ao capitalismo em Kautsky (2015), a conclusão de ambos é de que o campesinato estaria em via de desaparecer, e que esse desaparecimento seria inevitável. Mais especificamente, eles reforçavam o ponto de vista – muito difundido entre o público europeu ilustrado da época – de que “Capitalismo significa ‘descamponesação’” (SHANIN, 2005, p. 7).

As posições defendidas por Lênin (1982) e Kautsky (2015) contrastam com as de Alexander Chayanov. Em *La organización de la unidad campesina*, o autor se volta para a compreensão da lógica de funcionamento e organização interna da produção das unidades campesinas russas. Chayanov (1974) dá especial atenção para as especificidades conferidas às populações campesinas por estruturarem-se em torno do núcleo familiar.

Para Chayanov (1974), a principal característica do campesinato é que este tem como objetivo central a satisfação das necessidades das famílias, e não a acumulação de capital. Isso garantia características particulares à produção dos campesinos e ao modo como estes se relacionavam com os mercados que lhe dariam maior capacidade de adaptação a mudanças.

Para o autor, as unidades campesinas não buscavam simplesmente produzir mercadorias para sua venda, mas sim garantir a sobrevivência familiar e aumentar o seu bem-estar. Em sua visão, as famílias campesinas buscariam um equilíbrio interno entre trabalho e consumo, ou seja, organizariam a sua rotina de trabalho tendo em vista o esforço necessário para desempenhar determinada atividade produtiva e o produto a ser obtido com esse trabalho. Parte dessa produção



poderia então ser comercializada para satisfazer necessidades familiares, enquanto o restante é consumido internamente.

Uma característica importante assinalada por Chayanov (1974) é que – diferentemente do que ocorre na exploração agrícola capitalista – o fator trabalho nas unidades camponesas é inelástico, ou, em outras palavras, não é possível contratar ou demitir trabalhadores nelas, uma vez que estes são membros da família. As unidades camponesas, portanto, organizam o volume de suas atividades produtivas a partir da força de trabalho disponível (membros da família aptos a trabalhar) e do número de consumidores que integram a família (além de dependerem da quantidade de terra disponível). Já a exploração capitalista se organiza os demais fatores de produção a partir da terra a ser explorada, podendo, por exemplo, contratar ou demitir trabalhadores.

Um aspecto fundamental para o equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades camponesas, aponta Chayanov (1974), é o tamanho da família e sua composição etária. Uma família composta por um casal adulto e várias crianças pequenas, por exemplo, confere uma sobrecarga de trabalho muito maior sobre os membros aptos a trabalhar na propriedade do que em comparação a uma família composta majoritariamente por adultos. Nesse último caso, inclusive, pode ocorrer uma abundância de mão de obra disponível em relação à quantidade de terra. Como o fator trabalho é inelástico, a família pode ingressar no plantio de cultivos que demandem muita mão de obra e baixo valor no mercado (e que, justamente por isso, acabam sendo desinteressantes para a exploração capitalista) ou alguns de seus membros podem começar a desempenhar atividades não agrícolas.

Essas atividades não agrícolas podem ser tanto trabalhos artesanais e comerciais realizados dentro da propriedade quanto atividades assalariadas, desempenhadas fora da unidade de produção familiar. Chayanov atentava para o fato de o trabalho assalariado ser recorrente entre os camponeses, embora isso não significasse que estes estavam em um processo de proletarianização que levaria ao seu desaparecimento. Além de ser usado para aproveitar uma eventual força de trabalho excedente na unidade familiar, os camponeses podem recorrer para o trabalho assalariado fora da finca para garantir as condições mínimas de sobrevivência do restante da família e, assim, garantir a permanência da unidade produtiva.

Ao defender que o trabalho assalariado era um recurso usado pelas famílias camponesas que impedia (ou pelo menos retardava) a dissolução de suas unidades produtivas, Chayanov se posicionava de maneira bastante distinta das visões “descampesinistas” de Lênin e de Kautsky. Como coloca Paulino (1997),

Esta inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky, era sinônimo de proletarianização, era tida como um recurso para a manutenção da condição camponesa, e



quicá, a possibilidade de ganhos materiais. Até mesmo o fato de acumular capital não era interpretado por Chayanov como uma postura pequeno burguesa, pois para ele, a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas estava na lógica interna de exploração e organização. A unidade campesina, deste modo, trabalhava com a hipótese da melhor remuneração possível, mas não era movida pela possibilidade de auferir lucros, a partir da exploração do trabalho (PAULINO, 1997, p. 18).

Ao estudar como as unidades de produção campesina se estruturam internamente, Chayanov (1974) identificou uma lógica de funcionamento própria, voltada para o seu núcleo familiar. Essa lógica é o que faria os campesinos serem capazes de se adaptar às transformações capitalistas ao seu redor sem necessariamente desaparecerem. Portanto, na perspectiva do autor, seria possível a existência do campesinato no capitalismo, assim como estes haviam existido anteriormente em outros modos de produção.

Isso não significava que para Chayanov os campesinos não estariam alheios às transformações sociais, e tampouco que estes não poderiam eventualmente desaparecer. Como afirma Paulino, “[...] Chayanov não ignorava o avanço das relações capitalistas, apenas tinha uma leitura diferenciada do processo” (PAULINO, 1997, p. 21). A contribuição do autor foi, nesse sentido, abrir a possibilidade para a permanência dos campesinos no futuro e ressaltar aspectos positivos das famílias campesinas em sua capacidade de organização e adaptação.

As considerações sobre Chayanov, no entanto, encontraram pouca aderência nos círculos políticos e acadêmicos de sua época. Os discursos nacionalistas de modernização e industrialização do começo do século XX na Europa “situou os camponeses no lugar onde estavam a bruxaria e o rústico, isto é, fora do alcance das preocupações intelectuais e políticas progressivas” (SHANIN, 2005, p. 16). Sendo vistos como um resíduo do passado que logo viria a desaparecer, os campesinos foram invisibilizados nas perspectivas de futuro traçadas à época.

3. CARACTERÍSTICAS DA VIDA CAMPESINA

As discussões teóricas acerca da conceitualização do campesinato desenvolvidas até aqui apresentam duas clivagens bastante evidentes. Para além das diferenças nas conclusões chegadas em relação ao futuro dos campesinos, as duas vertentes também apresentam diferenças em relação a como estudar o campesinato. Enquanto os campesinistas buscam tradicionalmente busca explicar como as unidades de produção de campesina se estruturam – ou seja, buscam explicar o seu funcionamento interno, ou “da porteira pra dentro” como coloca Fabrini (2008, p. 261) –, os descampesinistas buscam explicar as mudanças sistêmicas desencadeadas pelo desenvolvimento das forças capitalistas e seus impactos no campesinato – ou seja, se atentam mais para o que ocorre “da porteira pra fora”.



Em meio a esse debate teórico sobre o conceito de campesinato, não foi possível criar uma abordagem capaz de sintetizar as visões “da porteira pra dentro” e “da porteira pra fora” de maneira coesa. Um bom ponto de partida começar a compreender o campesinato contemporâneo de maneira mais profunda são as discussões iniciadas na década de 1960 por autores como Teodor Shanin, que revigoraram as discussões teóricas sobre campesinato nas décadas seguintes ao resgatar as contribuições até então largamente preteridas de Chayanov (MARQUEZ, 2008).

Mesmo alinhando-se à tradição campesinista de Chayanov, Shanin admite que a vertente de estudos de Lênin e Kautsky estava, em parte, correta ao prever uma descampesinização das áreas rurais. De fato, a população campesina no mundo apresentou uma queda em termos relativos e foi verificada um assalariamento das populações campesinas. No entanto, os descampesinistas estavam equivocados nas dimensões que tomariam esses fenômenos (SHANIN, 2008). Os campesinos se mostraram muito mais resilientes e adaptáveis do que antecipavam as previsões de seu desaparecimento. O processo da descampesinização acabou se mostrando muito mais lento e o desaparecimento do campesinato muito mais incerto do que inicialmente previsto por Lênin (1982) e Kautsky (2015).

No que diz respeito ao processo de proletarização, verificou-se que, embora as transformações capitalistas no campo tenham pauperizado as condições de vida de boa parte da população campesina, também não houve uma criação de empregos capaz de absorvê-las (ROJAS VILLAGRA, 2016). A proletarização das populações campesinas prevista por Lênin e Kautsky presumia uma capacidade de produzir emprego para as populações deixando suas propriedades rurais, o que não se confirmou. Isso é particularmente visível na questão agrária latino-americana, com a luta dos sem-terra. Como mostra Rojas Villagra (2016), essa incapacidade do capitalismo em absorver o trabalho disponível no campo fez com que muitas das populações rurais deslocadas de suas propriedades demandassem acesso à terra para se reinstalarem no campo, gerando um inusitado processo de campesinização.

A não transformação das populações campesinas em proletários, no entanto, também pode ser explicada pela capacidade de adaptativa da organização familiar dos campesinos. Resgatando os trabalhos de Chayanov, Shanin (2005) ressalta como o campesinato demonstra características particulares por organizar-se socialmente em torno do núcleo familiar, conferindo-lhe uma lógica distinta que não pode ser descrita como capitalista (nem como pertencente a qualquer outro modo de produção específico), mas que vincula-se com o contexto societário mais amplo em que está inserido.

Nessa perspectiva, os campesinos não só são afetados pelo seu entorno, mas também o modificam, resultando em formações sociais específicas. Como coloca Shanin (2005):

[...] os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a



história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (SHANIN, 2005, p. 14).

Essa adaptabilidade dos camponeses ao seu entorno social se dá, para Shanin (2008), pela maior eficiência da organização socioeconômica familiar em relação à organização do mercado ou à organização estatal. Ao conseguir resolver problemas de forma mais eficaz e menos dispendiosa do que outros padrões de organização (mesmo que isso signifique aguentar condições de vida próximas aos limites mínimos de sua subsistência), os camponeses são capazes de manter sua funcionalidade e perdurar em diferentes contextos.

Quais seriam, então, as características particulares da formação camponesa que lhe garantem essa eficiência e adaptabilidade? Como seria possível descrever essas formas comuns de organização? Para Shanin (2005, p. 5), o cerne das características que fazem do campesinato uma entidade social específica parece repousar na dinâmica conferida pelo estabelecimento rural familiar enquanto unidade básica da organização econômica e social.

Isso implica em reconhecer a observação de Chayanov de que as unidades componentes da economia camponesa consideram a produção e o consumo familiar ao tomar suas decisões. O principal objetivo das famílias camponesas é garantir a reprodução da vida e do trabalho na unidade, com alimentos, moradia e outros bens (ROJAS VILLAGRA, 2016). O produto do seu trabalho é direcionado para suas necessidades familiares, o que de fato lhe confere uma lógica distinta a de uma firma capitalista.

Para garantir sua reprodução, as famílias camponesas dependem da força de trabalho oferecida pelos membros que as constituem. Podem também recorrer, no entanto, à força de trabalho externa ao seu núcleo familiar. Isso pode se dar tanto pela introdução de trabalho assalariado na unidade produtiva familiar quanto pelo emprego de formas não remuneradas de trabalho, próprias da vida em comunidade dos camponeses.

No primeiro caso, a família camponesa usa o trabalho assalariado em sua unidade produtiva como complementar ao trabalho familiar. Já no segundo caso, a família recorre ao trabalho associativo e não remunerado, possibilitado por relações de vizinhança, por laços familiares ou pela vida em comunidade (ROJAS VILLAGRA, 2016). Essas formas de trabalho são baseadas na solidariedade e reciprocidade e são recorrentes nas culturas camponesas, podendo se manifestar “na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo [...]” (FERNANDES, 2004, p. 4). Essas formas de trabalho associativo se manifestam de maneiras diferentes de acordo com o contexto local. Especificamente no mundo camponês paraguaio, por exemplo, a minga e o jopói se apresentam como formas de trabalhar em conjunto e compartilhar recursos (ROJAS VILLAGRA, 2016).



Os trabalhos associativos podem ocorrer nas propriedades familiares ou em terras de uso comum (como nos sistemas faxinais). Também não se limitam à produção agrícola, estando presentes, por exemplo, na construção de infraestrutura nas comunidades campesinas e na comercialização coletiva da produção (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Essas formas de trabalho associativo e de uso complementar de trabalho assalariado fazem com que os campesinos possam aproveitar ao máximo seus (em geral, escassos) recursos e adaptar-se a condições adversas. Mesmo em situações extremas, as famílias campesinas têm uma capacidade expressiva de garantir sua subsistência ao destinar sua produção para consumo próprio e ao recorrer a estratégias como o intercâmbio de alimentos produzidos na própria comunidade, sem usar dinheiro e sem recorrer aos mercados (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Também para garantir condições mínimas de sobrevivência ou para aproveitar uma eventual força de trabalho ociosa na família, os campesinos podem recorrer ao trabalho assalariado fora de suas propriedades. Esse trabalho assalariado pode ser temporário ou permanente, ou seja, pode ser realizado por certos períodos para cobrir determinadas necessidades ou ser realizado de forma fixa, com um ou mais integrantes trabalhando fora da propriedade de maneira constante. É importante assinalar que mesmo nos casos em que o trabalho assalariado é permanente há frequentemente uma manutenção do vínculo do trabalhador com a unidade produtiva campesina, pois é esse trabalho assalariado que evita a sua dissolução e garante condições de sustento para a família (PALAU; HEIKEL, 2016).

Essas formas de adaptação encontradas pelos campesinos aqui descritas são, por um lado, estratégias de sobrevivência que são empregadas em frente às adversidades. Seguindo essa perspectiva, a adaptabilidade campesina vem da necessidade de as populações rurais empobrecidas encontrarem meios de garantia das condições mínimas para seu sustento. Isso pode ser ilustrado pela expressão em guarani usadas pelos campesinos paraguaios para referir a si mesmos como mboriahu ryguata, ou “pobres de barriga cheia” (PALAU et al, 2007, p. 27).

Por outro lado, são essas próprias condições materiais adversas que acabam fazendo com que o campesinato desenvolva relações sociais orientadas para uma lógica de solidariedade e reciprocidade. Quijano (2002), descreve tais relações como uma certa “economia popular” existente entre as massas populares latino-americanas. Para o autor,

O que [...] caracteriza a “economia popular” é que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais quotidianas – em uma palavra, em torno da comunidade. Isso não significa, evidentemente, que não esteja articulada como mercado de múltiplas formas e medidas (QUIJANO, 2002, p. 491).

Independentemente de terem consciência política e ideológica de suas práticas ou não, essas formas de organizações econômicas e sociais populares orientam suas relações sociais para valores



comunitários e solidários como forma de garantir sua sobrevivência nas condições adversas em que se encontram. Segundo Quijano,

[...] no heterogêneo universo das denominadas “organizações econômicas populares” em muitas cidades latino-americanas, é a própria materialidade das relações econômicas que requer, ou obriga, por assim dizer, à solidariedade. Em outros termos, é o fato de a reciprocidade construir a própria natureza das relações sociais que entranha a prática da solidariedade, inclusive talvez à margem (não necessariamente contra) da consciência política e da ética social formal dos membros (QUIJANO, 2002, p. 491, grifo nosso).

Essas observações possibilitam que o campesinato seja compreendido não só a partir de suas estratégias de sobrevivência nem só a partir de sua lógica de solidariedade. É considerando ambos os aspectos que é possível compreender as relações sociais campesinas e suas formas organizativas. O campesino pode ser entendido, assim, como um modo de vida intimamente relacionado a determinadas condições existência (o campo, a pequena propriedade, o núcleo familiar), mas também enraizado em práticas sociais de convívio, partilha e reciprocidade. Para Shanin (2008), essa compreensão do campesinato como um modo de vida é essencial para concebê-lo como uma combinação de vários elementos.

Por ser um modo de vida, o campesino não é propriamente uma profissão, não podendo ser facilmente ensinada em um curso ou em uma escola. O campesinato depende de uma vivência e de uma transmissão de conhecimentos entre gerações das múltiplas dimensões que compõe suas atividades. Shanin fala da multidimensionalidade do trabalho do campesino da seguinte maneira:

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais (SHANIN, 2008, p. 41).

Nesse sentido, o campesinato é capaz de transmitir uma variedade de conhecimentos entre gerações mesmo com pouco envolvimento externo. É dentro dos ambientes familiar e comunitário que se aprende as várias atividades que integram o modo de vida campesino.

Essa forma autossuficiente de repassar o modo de vida campesino é alterado significativamente quando os campesinos modificam sua organização produtiva para atender os grandes mercados e se integrar na cadeia produtiva da agricultura empresarial. Ao adotar máquinas e tecnologias que causem uma ruptura com o seu modo de produção e ao especializar sua produção e ao adotar cultivos não tradicionais, o campesino (que, por vezes, passa a assumir a denominação de agricultor familiar) vê seu modo de vida transformado cada vez mais em uma profissão. “A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode



ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica” (WANDERLEY, 2008, p. 46).

De certa forma, o agricultor familiar segue sendo um camponês por conservar alguns elementos de organização familiar (WANDERLEY, 2008) e por manter sua condição subalterna, mesmo que agora mais orientada para o mercado (FERNANDES, 2004). No entanto, há transformações significativas em seu modo de organização e produção que fazem deles mais dependentes de recursos vindos fora de suas comunidades (como compras de “pacotes tecnológicos” que acompanham certos cultivos, serviços de assistência técnica, etc.).

Reduzir sua dependência externa é uma das coisas que levam às populações camponesas manterem seu modo de produção tradicional. Como observado por Raúl Brignol e Jaime Crispi (1982), os camponeses tendem a manter determinadas tecnologias – mesmo que estas sejam menos produtivas e possibilitem ingressos menores – como uma estratégia de minimizar os riscos de uma maior dependência externa. Cria-se, assim, uma resistência à adoção de determinadas tecnologias por parte do camponês como forma de autoproteção, ao mesmo tempo que se evita uma ruptura com o modo de produção e de vida camponeses.

O camponês, portanto, pode ser descrito como um modo de vida de populações rurais baseado em uma lógica familiar e comunitária. Tem como algumas de suas principais características o uso de parte de sua produção para o autoconsumo, o emprego recorrente de trabalho assalariado e trabalho não remunerado e uma capacidade de repassar e manter os conhecimentos adquiridos. Essas características são combinadas de diferentes formas pelos camponeses como estratégias de sobrevivência, permitindo-os se adaptar a diferentes contextos e se proteger de adversidades. É a partir do desenvolvimento dessas práticas cotidianas orientadas para a sobrevivência que o camponês fortalece os laços de solidariedade que distinguem o seu modo de vida.

4. CAMPESINOS COMO PARTE DO PRESENTE

Ao analisar o camponês, é importante concebê-lo como sujeitos políticos que são capazes de formular uma visão crítica a sua posição social, de se engajar em lutas e a propor novos caminhos para a sociedade que participam. Argumenta-se aqui que enxergar os esforços propositivos e críticos dos movimentos camponeses é conceber o camponês como parte do presente, e não como um resquício do passado em vias de desaparecer como ocorre nas teorias da modernização ou nas visões “descamponistas”. Os camponeses compõem uma parte significativa das maiorias populares não só na América Latina, mas em todo o mundo, e, mesmo assim, são por vezes tomados apenas como arcaicos e ultrapassados. Esse esquecimento da importância social camponesa é observado por Shanin da seguinte maneira:



Los campesinos constituyen la mayoría de la humanidad. En la mayoría de los países, “el pueblo” (por oposición de “la nación”) denota todavía a “los campesinos”; la “cultura nacional” específica corresponde de cerca a la cultura campesina; “el ejército” significa campesinos jóvenes en uniforme, armados y dirigidos por hombres distintos a ellos. Y sin embargo tenemos que recordarlo (SHANIN, 1979, p. 214).

Como se produz esse apagamento da presença dos campesinos no tecido social de suas sociedades? A crítica da racionalidade ocidental feita por Boaventura de Sousa Santos (2002) é uma forma de iniciar a compreender essa questão. Para o autor, a racionalidade ocidental dominante – referida por ele como razão indolente – cria uma visão estreita e limitada do mundo, que despreza boa parte da experiência social existente.

Pela sua obsessão pela ordem, por sua busca pela explicação da totalidade e por ser centrada em uma ideia linear de progresso, a razão indolente não é capaz de compreender que o mundo vai além da compreensão ocidental do mundo. Assim, essa racionalidade arrogantemente considera como não importante boa parte da experiência social que compõe a realidade. O que constitui o nosso tempo presente, desde essa lógica, abrange apenas uma fração do que realmente existe. Como coloca Santos (2002), a partir da visão abreviada de mundo da razão indolente “O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno” (SANTOS, 2002, p. 245). O campesino, nesse sentido, é concebido não como parte do mundo contemporâneo, mas sim como um resquício do passado.

Para Santos (2002), essa racionalidade significa uma contração do tempo presente, uma vez que a razão indolente não é capaz de ver (e muito menos valorizar) boa parte da experiência social do mundo. O autor aponta que essa não-existência é produzida pela razão indolente de cinco modos: a monocultura do saber, que coloca a ciência moderna como critério único da verdade; a monocultura do tempo linear, que concebe a história como tendo um sentido único de progresso; a lógica da classificação social, que divide as populações em níveis hierárquicos, como raça e sexualidade; a lógica da escala dominante, que privilegia o universal e o global; e a lógica produtivista, que põe o crescimento econômico como objetivo racional inquestionável.

Cada um desses modos está associado à produção de uma não-existência. O que está fora da ciência moderna é considerado ignorante ou inculto. O que não é visto como avançado na concepção linear da história é atrasado, tradicional, obsoleto e subdesenvolvido. O que é visto como diferente em uma classificação social hierárquica é colocado como naturalmente inferior. O que escapa do que é entendido como conhecimento universal ou de uma escala global é desprezado como particular e local. O que não se encaixa nos critérios de produtividade capitalista é visto como improdutivo e preguiçoso (SANTOS, 2002).

A produção dessas formas sociais de não-existência resulta em uma pobreza das experiências sociais que são compreendidas pela racionalidade dominante. Há o que autor chama de



desperdício da experiência, que deve ser combatido. Esse desperdício da experiência não só encurta o presente (por limitar o que é considerado como contemporâneo) como também dilata o futuro. Uma vez que a história é concebida pela razão indolente como linear e caminhando inexoravelmente para o progresso, o futuro não precisa ser pensado. Nesse sentido, o futuro se torna “infinitamente abundante e infinitamente igual [...]” (SANTOS, 2002, p. 254).

O que propõe Boaventura é dilatar o presente (recuperando as experiências desperdiçadas pela arrogância da razão indolente e, assim, expandir o que é visto como parte de nosso mundo) e contrair o futuro (vendo-o como um horizonte incerto e aberto a possibilidades). É a tarefa das ciências sociais, portanto, “demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal” (SANTOS, 2002, p. 246), ou seja, trazer o que foi autoritariamente produzido pela razão indolente como ignorante, residual, arcaico, inferior, local e improdutivo de volta para o presente .

É preciso compreender que os saberes e práticas campesinas, nesse sentido, foram historicamente alvos desses modos de produção de não-existência. Como ressalta Wanderley (2008), o campesino tradicional comumente é considerado em uma perspectiva evolutiva. Isso leva ao entendimento de que “sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade” (WANDERLEY, 2008, p. 47).

A autora ainda vai além, afirmando que as análises feitas sob essa perspectiva “dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno)” (WANDERLEY, 2008, p. 47). O campesino, nesse sentido, só existe como passado, como a forma arcaica de outra categoria mais avançada – no caso, a do agricultor familiar.

Esse apagamento do campesinato frente a uma concepção unidirecional da história explica porque os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo discutidos anteriormente mostraram uma tendência de afirmar o desaparecimento do campesinato com tanta facilidade. Segundo Marquez,

A concepção dos processos históricos de forma linear e a tendência a uma excessiva simplificação do emaranhado de relações sociais e contradições que os compõem a partir da identificação de uma lógica dominante, tem levado, no caso do estudo da realidade da produção na agricultura sob o capitalismo, à construção de teorias que por mais de um século vêm afirmando o desaparecimento do campesinato em favor da expansão da produção capitalista baseada no trabalho assalariado [...] (MARQUEZ, 2008, p. 68).

É necessário, portanto, romper com a dicotomia atrasado/moderno que com frequência permeia a discussão sobre o campesinato, concebendo-o como parte do mundo presente. Como observa Boaventura, tornar essas não-existências presentes consiste em dar-lhes credibilidade para serem seriamente discutidas. Também significa permitir que suas relações com as experiências hegemônicas possam ser vistas como objeto de disputa política (SANTOS, 2002, p. 249).



Para Santos (2002), no entanto, recuperar essas práticas e saberes produzidos como não-existentes não é suficiente. Além de expandir o presente, as ciências sociais também devem rejeitar a ideia de que o futuro caminha inevitavelmente para o progresso e que, portanto, não precisa ser pensado. Longe de estar definido, o futuro deve ser objeto de cuidado, como coloca o autor (SANTOS, 2002, p. 254). Isso implica em articular as diversas experiências sociais existentes em projetos alternativos possíveis para o futuro .

No caso do campesinato, isso significa não assumir que o campesinato está condenado ao desaparecimento pelas pressões “modernizadoras” da agricultura no campo e, ao mesmo tempo, não presumir os camponeses seguirão existindo no futuro independentemente das condições em que se encontrem. Trata-se de conceber o futuro do campesinato como incerto, e que, por isso, deve ser pensado a partir de diferentes projetos políticos.

Para desempenhar essas tarefas de expansão do presente e contração do futuro descrita por Santos (2002), é essencial realizar um trabalho de interpretação entre saberes e práticas, explorando possíveis alianças e articulações. O autor denomina isso de trabalho de tradução. Ele pode ser feito tanto entre diferentes saberes não-hegemônicos quanto entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos, embora apenas a partir do primeiro caso seja possível dar emergência a práticas antisistêmicas ou contra-hegemônicas (SANTOS, 2002).

Para o Boaventura, é apenas a partir desse trabalho de tradução entre as práticas não-hegemônicas que é possível criar uma inteligibilidade recíproca entre elas e fazer com que elas explorem seus limites de articulação e agregação. Os movimentos sociais, nesse sentido, só seriam capazes de converter suas práticas não-hegemônicas em alternativas antisistêmicas ou contra-hegemônicas na medida em que estabelecem um diálogo com outros movimentos e exploram seus potenciais de articulação (SANTOS, 2002).

O autor salienta que esse trabalho de tradução só é possível ser realizado entre os representantes desses grupos sociais. Pode ser feito pelos dirigentes de movimentos sociais, ativistas de bases ou outros membros que demonstrem uma compreensão profunda e crítica das práticas e saberes em que estão enraizados e que representam (SANTOS, 2002).

Para Ilse Scherer-Warren (2008), a Via Campesina é um exemplo de rede de movimentos sociais que se articularam a partir de um trabalho de tradução entre seus membros e entre outros movimentos sociais. É a partir da construção de uma rede transnacional com camponeses de todo mundo – tendo os movimentos da América Latina um peso especialmente grande – que a Via Campesina conseguiu formar uma luta anti-sistêmica mais ampla, coordenada e coesa ao modelo de agronegócio e às políticas neoliberais (SCHERER-WARREN, 2008). As especificidades de cada de cada movimento e seus problemas mais particulares e imediatos são colocados de forma mais



explícita como parte de uma crítica mais abrangente. Assim, uma disputa contra o mercado de sementes transgênicas, por exemplo, pode ser vista como parte integrante de questões-chave como a reivindicação por soberania alimentar.

Acompanhando um processo de reestabelecimento do campesinato com bases étnicas vistos de forma geral no mundo (SHANIN, 2008), os camponeses na América Latina realizaram uma construção e valorização de uma identidade camponesa – muitas vezes relacionadas à uma identidade indígena –, onde os movimentos sociais camponeses tiveram um papel importante. Movimentos como o MST, por exemplo, provocaram debates sobre os estudos das transformações agrárias e desenvolvimento rural, além de inspirar outros movimentos camponeses na América Latina (VELTMEYER; PETRAS, 2008).

Esses movimentos, de fato, tiveram uma importância expressiva para colocar a questão da terra no centro do cenário político latino-americano, trazendo um dinamismo maior para suas formas de organização e de luta. Movimentos indígenas e camponeses na Bolívia, Colômbia, Equador e México vêm disputando espaço político e participando ativamente dos principais acontecimentos em seus países (TEUBAL, 2008).

Também a luta dos sem-terra veio articulando trabalhadores pauperizados do campo de diferentes regiões. O movimento começou no final da década de 1970 com ocupações de propriedades improdutivas por trabalhadores sem terras que se recusavam a tentar o caminho da proletarianização ou se deslocar para a Amazônia ou Paraguai (FABRINI, 2008). A criação do MST foi a culminação de um processo de articulação entre diversos camponeses empobrecidos, pauperizados e forçados ao deslocamento, ao mesmo tempo que buscava construir alternativas societárias para as realidades agrárias. Como aponta Breno Bringel e Alfredo Falero (2008), o MST foi fundamental não só para impulsionar a criação de outros movimentos sem-terra latino-americanos, mas também para articular as lutas camponesas na região e no mundo, tornando-se um eixo central para as ações coletivas, por exemplo, na Via Campesina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que as discussões teóricas sobre o conceito de camponês elaboradas nesse artigo invariavelmente dialogam com posições políticas que extrapolam as populações que estão sendo tratadas. Como observa Shanin (2005), a construção teórica do conceito de campesinato está intimamente ligada à maneira em que a sociedade global contemporânea é concebida. A forma como se define o camponês varia dependendo do papel que lhe é atribuído no presente e as expectativas que se tem dele no futuro (como seu desaparecimento ou permanência no mundo). Nos debates marxistas, por exemplo, a conceitualização do campesinato aparece intimamente vinculada a debates sobre o funcionamento do sistema capitalista e, mais especificamente, se suas



transformações implicariam ou não em uma “descamponesação”. A definição do conceito, portanto, “reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico” (SHANIN, 2005, p. 1) e faz com que o debate sobre o campesinato se confunda com o debate sobre o destino do campesinato.

Ver os campesinos como movimentos sociais, nesse sentido, é fundamental para compreender o caráter dinâmico e propositivo dessas populações. É uma forma de compreendê-las como parte das disputas políticas contemporâneas, com formulações e reivindicações próprias. Levar em conta suas propostas estabelecidas a partir do diálogo – ou, usando o conceito de Santos (2002), pelo trabalho de tradução – estabelecido entre os movimentos campesinos e outros movimentos é leva-los a sério enquanto sujeitos políticos capazes de participar na construção de alternativas antisistêmicas.

No entanto, é importante ter em mente que o campesinato não se resume aos movimentos campesinos, assim como também é necessário ressaltar as particularidades dos movimentos campesinos em relação a outros movimentos sociais. Como adverte João Fabrini (2008), “as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o ‘movimento camponês’ é mais amplo do que os ‘movimentos sociais’” (FABRINI, 2008, p. 239).

Embora os movimentos ampliem enormemente a escala de atuação dos campesinos, a base de ação que os alimenta e oxigena continua sendo os territórios campesinos (o assentamento, o acampamento, a comunidade, etc.) (FABRINI, 2008). É a forma de produção e de vida campesina baseada em uma lógica de solidariedade – com sua orientação para as necessidades familiares, sua autonomia na forma de produzir e suas relações comunitárias – que conferem as características fundamentais do campesinato. Os movimentos campesinos, nesse sentido, são importantes para dar coesão e inteligibilidade para a luta das populações campesinas.

Como aponta Fabrini (2008), a luta pela terra dos campesinos está relacionada com um conjunto de reflexões que passam pelo resgate de valores, da cultura e dos costumes do campo, “bem como ações ligadas à geração de rendas, pobreza, concentração fundiária, violência no campo; enfim, críticas à estrutura desigual da sociedade ordenada pelo modo capitalista de produção” (FABRINI, 2008, p. 243). Para dar sentido a essa história de lutas e transformá-las em aprendizados, os movimentos campesinos tem um papel essencial, uma vez que relações comunitárias, por si só, não se convertem em consciência política. Ainda assim, essa história de resistências é mais ampla do que os campesinos enquanto movimentos sociais. Como colocado por Mançano Fernandes (2004), “Delimitar o conceito de camponês somente a partir de sua estrutura organizacional não é suficiente. Todavia, não é possível definir o conceito de camponês sem considerá-la” (FERNANDES, 2004, p. 4).



Argumenta-se, no entanto, que os movimentos campestinos têm um papel importante para gerar uma visão crítica e propositiva de mundo assentada no modo de vida campestino. É aí que se encontra a importância do trabalho de tradução descrito por Boaventura de Sousa Santos (2002): é a partir dele que é possível transformar experiências e saberes não hegemônicos em alternativas anti-sistêmicas e contrahegemônicas. Ainda que não dispense uma análise da estrutura organizacional campestina, discutir seriamente (incluindo no meio acadêmico) essas formulações oferecidas pelos movimentos campestinos é uma forma de valorizar o campestinato enquanto sujeito políticos.

REFERÊNCIAS

BRIGNOL, Raúl; CRISPI, Jaime. **El campestinato en América Latina – una aproximación teórica**. Santiago de Chile: Revista da CEPAL, n. 16, 1982.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, 2008.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campestina**. Buenos Aires: Nueva visión, 1974.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de campestinato. COPTec – Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos. 2004. Disponível em: <http://coptec.org/index.php/shortcode/carousel/category/9-artigos>. Acesso em: 13 ago. 2019.

KAUTSKY, Karl. **La Cuestión Agraria**: estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. Marxists Internet Archive, 2015.

MARQUEZ, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campestinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A desintegração do campestinato. In: _____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PALAU, Tomás et al. **Los refugiados del modelo agroexportador**. Asunción: Base IS, 2006.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campestinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. 2. ed. Asunción: Base IS, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A questão agrária e o campestinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 19-20, p. 05-27, 1997.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.



QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROJAS VILLAGRA, Luis. **Campesinato rape – apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay**. Asunción: Base IS, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SHANIN, Teodor. El Campesinado como factor político. In: _____ (Org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979. pp 214- 236.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina-caminhos para uma política emancipatória?. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Goiânia: Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 159-169, jan./jun. 2014.

TEUBAL, Miguel. O Campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 11, n. 2, out. 2003. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.